



A casa que habito: relatos de um reassentamento urbano

The house I live: reports of an urban reassentation

Sidney Bressan¹

Maria Luiza de Souza Lajús²

Resumo:

Esse artigo objetiva analisar a apropriação do espaço residencial, a partir dos relatos daqueles que o protagonizaram – famílias de baixa renda que moravam em áreas de risco e irregulares e que foram reassentadas em um conjunto de Habitação de Interesse Social denominado Vida Nova, na cidade de São Domingos/SC. Por meio de narrativas busca-se apresentar histórias particulares de lutas e superações em relação à antiga morada, bem como os fatores sociais, econômicos e culturais que podem ter contribuído no jeito peculiar de cada morador em apropriar-se do novo espaço. Considerar a moradia em seus fenômenos particulares e subjetivos demonstrou ser, tanto um agente conformador como propulsor para o modo de apropriação do espaço residencial.

Palavras-chave: reassentamento; habitação de interesse social; psicologia ambiental; apropriação.

Abstract:

This article aims to analyze appropriation of the residential space, from the accounts of those who staged - low-income families living in risk and irregular areas and who have been resettled in a set of social housing called New Life in the city of São Domingos/SC. By means of narratives it is tried to present his particular histories of, fights and overcomes in relation to the old address as well as social, economic and cultural factors that may have contributed to the peculiar way of each resident in ownership of the new space.

Consider the dwelling in its particular and subjective phenomena has proved to be both a shaper and propellant for the mode of appropriation of the residential space.

Keywords: resettlement; social housing; environmental psychology; appropriation.

¹ Arquiteto e urbanista e Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó/SC, Brasil. Rua: Ademar de Barros, nº 1021, Centro - São Domingos/SC - CEP: 89.835-000, Brasil. *E-mail:* sidbressan@yahoo.com.br.

² Assistente social e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó/SC. *E-mail:* mlajus@unochapeco.edu.br.

1. Introdução

Esse artigo é produto de uma pesquisa que, por meio de experiências ambientais próprias, buscou identificar diferentes formas de apropriação do espaço residencial e os significados da moradia atribuídos por algumas famílias que se encontravam em áreas de risco e/ou irregulares reassentadas para um novo conjunto habitacional denominado Vida Nova, construído na cidade de São Domingos/SC³.

Optou-se por conhecer as histórias particulares dessas famílias, suas lembranças e experiências ambientais vividas, tendo como referência a sua antiga morada, além de considerar os diferentes fatores situacionais (social, econômico e cultural) para tentar entender as suas necessidades através das próprias intervenções que foram sendo realizadas nesse processo de apropriação das novas casas, permitindo conhecer melhor perspectivas diferentes sobre o mesmo problema, para assim verificar se existiam indícios que poderiam ser contrastados com a literatura da Psicologia Ambiental. A partir daí, tentar analisar as relações com o modo de apropriação da casa atual e os sentimentos de satisfação/insatisfação que poderiam ser relatados no decorrer da entrevista.

O intuito dessa pesquisa está em tornar público os relatos dos sujeitos que protagonizaram esse estudo. E como forma de respeito à integralidade e veracidade dos fatos obtidos no campo, foram preservadas as informações a partir da visão dos reassentados e das suas experiências vividas, que geralmente são desprezadas pela sociedade dominante, pelos governos e suas políticas habitacionais. Acredita-se que com essas informações, seja possível obter maior qualificação na elaboração de diretrizes de projetos dessa tipologia, a fim de que possa tornar a política habitacional voltada para as classes menos favorecidas mais adequada a realidade das famílias beneficiadas.

2. Habitações de interesse social (his)

Antes de apresentar os resultados da pesquisa será realizada uma breve discussão no que tange à temática da habitação de interesse social. Implica observar que, na história do Brasil, sempre houve um “descaso com valores, direitos e expectativas das

³ O município de São Domingos localiza-se na região oeste do estado de Santa Catarina, limita-se ao norte com os municípios de Mariópolis/PR e Galvão/SC; ao sul com Ipuacu/SC e Entre Rios/SC; ao leste com Abelardo Luz/SC e Clevelândia/PR e a oeste com os municípios de Coronel Martins/SC e Santiago do Sul/SC. Possui uma extensão de 383,65 km², e integra a Microrregião da AMAI (Associação dos Municípios do Alto Irani).

classes populares e do contingente de excluídos [...]” (RHEINGANTZ; PEDRO, 2013, p. 61). O que acontece é que, na prática, a situação financeira oprime muitos dos sonhos e em se tratando das “habitações quase sempre estão entre o limiar do sonho e da realidade” (IMAI, 2013, p. 78).

Para entender melhor o significado de uma habitação para as pessoas de baixa renda, faz-se necessário sintetizar os termos habitação, interesse e social separadamente que, de acordo com Rheingantz & Pedro, podem ser entendidos como:

Habitação significa o ato ou efeito de habitar, lugar que se habita, moradia, vivenda ou direito real que tem uma pessoa e sua família. [...] Interesse tem a ver com utilidade, lucro, proveito ou vantagem que alguém encontra em qualquer coisa, ou ainda como interesse público com o interesse nacional ou da comunidade [...] Social, por sua vez, refere-se à sociedade ou ao conjunto dos cidadãos a ela pertencentes [...], ou à posição dos indivíduos e seus grupos na sociedade como um todo [...], que interessa a toda sociedade (integração/contrato/pacto social). (RHEINGANTZ & PEDRO, 2013, p. 61).

As habitações de interesse social no Brasil, desde o século XIX, têm sido construídas sob uma mesma ótica, para serem pequenas e baratas; pequenas a fim de livrar as áreas urbanas mais bem localizadas para a elite, e barata para que menos recursos possam ser empenhados.

Os primeiros projetos desenvolvidos tinham o intuito de restringir o número de famílias em um mesmo ambiente com objetivo sanitário e econômico, contando com unidades de 30 m². Já no início do século XX, deu-se a construção das vilas industriais, desenvolvidas sob o comando dos patrões e as casas alcançavam 45 m². Quando os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) assumiram a construção das vilas operárias, surgiram as casas geminadas e prédios de apartamentos, contando com uma área de 50 a 70 m². Outrora, quando as residências de interesse social passaram a ser financiadas pelo Banco Nacional da Habitação e pela Companhia de Habitação (BNH/Cohab), diminuíram de tamanho, mediam em torno de 36 m², sendo que nesse período também surgiram as casas embrião, com 27 m² distribuídos em um único cômodo. Já nos últimos anos, quem passou a assumir o sistema habitacional foi a Caixa Econômica Federal, que impôs algumas melhorias, mas nada muito expressivo, sendo que o tamanho das unidades continua em torno de 36 m² (PALERMO, 2013).

Um programa habitacional de qualidade urbana deve dar importância não só à estrutura habitacional em si, mas também o que há ou não em seu entorno, como o bairro, vizinhança, área de lazer, equipamentos públicos, entre outros. Este habitar trata de “uma entidade que se prolonga, sequencialmente, da casa à cidade, e vive no

microtecido urbano das cadeias de vizinhanças que constituem o contínuo de uma cidade estimulante e coesa” (COELHO & PEDRO, 2013, p. 315).

Essas políticas devem processar o direito à cidade e à integração social na perspectiva de acesso a direitos legalmente constituídos. “As políticas urbanas e seus diversos instrumentos deveriam fortalecer a função social da cidade, tornando-a lugar da integração e da solidariedade entre as classes” (FERNANDES, 2008, p. 178).

Percebe-se aqui, a importância de se entender a questão da inclusão social, que significa “não apenas uma posição cidadã já alcançada, mas também desejada. A possibilidade da concretização do desejo está justamente no fato de a situação existir em outro lugar que não o vivido” (KOGA, 2011, p. 197). Em uma situação ideal:

[...] temos que uma HIS deve atender não apenas a função de abrigo, proporcionando segurança e provimento das necessidades básicas, mas elencar as necessidades de reconhecimento e inserção num marco cultural e econômico – hoje entendida pelo Estado brasileiro como instrumento de inclusão social e acesso à cidadania. (MEDVEDOVSKI, 2013, p. 256).

As políticas públicas se baseiam na dimensão objetiva das pessoas sendo o subjetivo raramente considerado. Ou seja, as necessidades humanas básicas podem, de certa forma, ser mensuráveis para os governos, no entanto, a dimensão subjetiva, ou seja, a questão “do imaginário, aos sentimentos, às expectativas, ou sonhos dos cidadãos [...]” (KOGA, 2011, p. 215), raramente são considerados.

É nesse sentido, que as políticas habitacionais devem atuar, evitando a condenação das habitações destinadas aos pobres, seguindo o propósito de ser “necessário promover moradias para um grande número de pessoas mantendo um custo baixo, mas também atendendo à aspiração destas pessoas [...]” (PEREIRA *et al.*, 2002, p. 176).

Em relação aos conjuntos habitacionais de interesse social realizados pelo poder público, é importante entender que estes projetos são desenvolvidos por profissionais contratados que devem atender a critérios técnicos preestabelecidos, levando em consideração um programa de necessidades, custo da obra, técnicas de infraestrutura e de construção, conforto ambiental, local do empreendimento, entre outros.

Reiterando a ideia de que os programas criam um assentamento humano, o desejável seria “oferecer para essa população condições ambientais de qualidade, na qual ela possa cultivar e mesmo melhorar sua cultura urbana, [...] exercendo seus direitos e respeitando o próximo” (ROMÉRO & VIANNA, 2002, p. 213). Porém, é importante frisar que, na realidade, o que acontece na maioria dos projetos de

habitações de interesse social, financiados pelo poder público, é uma simples produção em massa, com modelos padronizados e que raramente dão importância para a arquitetura. Além do que, não se considera em relação aos moradores a variabilidade do perfil, as expectativas diferenciadas, as ações individualizadas e as demandas dos usuários, que tampouco têm participação no projeto.

Imai (2013, p. 76) expressa que convém questionar “se todos os usuários possuem características tão próximas que possibilitem que todos habitem uma moradia padrão e igualitária”. Essa perspectiva traz à tona outra reflexão importante, descrita nas palavras de Koga (2011, p. 213), “a homogeneização desses territórios impede que se descubram valores, símbolos, mecanismos que regem o cotidiano das pessoas que ali vivem e, surpreendentemente, sobrevivem, constroem, destroem, reconstroem”.

Esses projetos oferecem pouquíssimas possibilidades de alterações na disposição da planta baixa, porém alguns moradores dão o seu “jeitinho” e acabam mudando o ambiente da sua moradia para que esta supra algumas necessidades que são específicas de cada um. Entretanto, enquanto uns mudam por necessidade, outros mudam pelo simples desejo de mudar, bem como há aqueles que não alteram nada. É muito importante destacar ainda que:

A habitação de interesse social – em especial as moradias desenvolvidas com dimensões e um programa mínimo – pode gerar edificações que passem por reformas e ampliações de maneira sistemática. Além de uma possível evolução socioeconômica da família, a mudança da moradia pode decorrer de uma alteração na composição familiar (nascimento de mais um filho, parentes vêm morar junto). Somente esses aspectos já permitem supor que, até que ocorra uma estabilidade nas necessidades do grupo familiar (ou até um decréscimo), a habitação é um espaço que pode requerer mudanças constantes. (IMAI, 2013, p. 82).

Contemplado o caráter dinâmico das famílias, surge a importância de conhecê-las, para tentar identificar formas que amenizem as discrepâncias que ainda existem nos projetos, e conseqüentemente no atendimento das suas reais necessidades. Para isso, vários autores defendem a ideia de desenvolver habitação de interesse social com a participação dos usuários na definição do projeto, direcionando para uma mudança de paradigmas aplicados a habitação.

Nessa perspectiva de análise, observa-se que esse tipo de política habitacional dificilmente poderá tornar-se eficaz, uma vez que os envolvidos nesses projetos não tendem a dar a devida importância às particularidades dessas famílias, como suas

variabilidades de perfil, suas expectativas diferenciadas, as ações individualizadas, demandas, bem como a previsibilidade de um futuro mais promissor, ou seja, não se oportuniza a participação dessas famílias no projeto. Sendo assim, a ideia básica a ser defendida é que “entende-se que os sonhos de habitar poderiam ser verdadeiros para muitos moradores, se fossem percebidos por quem pode influenciar na sua concretização” (COELHO & PEDRO, 2013, p. 339).

De acordo com Bachelard (1988, p. 6), “a casa tem como primeira função abrigar os sonhos dos indivíduos e protegê-los para que continuem sonhando na sua quietude”. Isso significa que uma edificação, por possuir a função de abrigo, assume características superiores, uma vez que passa a conectar pessoas e tempos, tornando-se uma grande promotora da formação de identidade do indivíduo e de seu grupo familiar. Neste espaço vivido se produzem, através das relações estabelecidas com ele, um conjunto de significações carregadas de valores culturais próprios. Esse espaço de vivência pode ser analisado sob duas linhas de temporalidade: a linear, que seria a continuação do tempo (ontem, hoje, amanhã); e a cíclica, que seriam as práticas repetidas cotidianamente, como levantar, comer e dormir (ELALI & PINHEIRO, 2013). Por isso, justifica-se o fato de que a moradia significa muito para os indivíduos que se representam nela através da carga emocional e como evocadora de lembranças.

Toda essa questão da moradia pode ser refletida no ato de morar, que é dinâmico e demanda muitas situações, tanto de caráter objetivo quanto subjetivo. Na dimensão objetiva as famílias têm necessidades humanas básicas semelhantes, porém é necessário relacioná-las às composições familiares que se diferem e por isso demandam condições de ambiente diverso. Esses contrastes ficam ainda mais visíveis nas dimensões subjetivas de cada pessoa, uma vez que estão ligadas em torno dos seus desejos, anseios e preferências pessoais. Esse contexto leva a entender aquilo que a Psicologia Ambiental define por apropriação:

[...] modificações físicas, de ocupação, de transformação, ou simplesmente de utilização de indícios através de um controle psicológico; trata-se de um conjunto de *artefactos* pelos quais se opera uma estruturação do espaço segundo as necessidades e as aspirações; deste modo, um indivíduo ou um grupo indica a sua própria utilização de um lugar e a maneira como o ocupa, o transforma e nele vive. (FISCHER, 1994, p. 82).

É seguindo este conceito que pode-se entender porque cada indivíduo tem a sua própria forma de ocupar uma moradia, afinal, existem muitas circunstâncias envolvidas em todo esse processo.

Ao conhecer o perfil dos moradores é possível prever o número de idosos, de pessoas com necessidades especiais, o tamanho e as características das famílias. Estes dados permitem que as unidades habitacionais sejam construídas de acordo com as necessidades físicas de cada morador. As questões subjetivas dependem de um trabalho anterior com as famílias que poderão expressar seus sonhos, desejos e preferências. Sendo que a sua participação em todas as fases do projeto de construção da habitação de interesse social influenciará no processo de apropriação.

3. Materiais e métodos

O desenvolvimento do estudo caracterizou-se em três momentos específicos:

- a) O recorte bibliográfico teve aporte em autores como Rheingantz; Pedro, 2013, Palermo, 2013, Koga, 2011, Fischer, 1994, entre outros, os quais contribuíram para compreender, bem como traçar um panorama da questão habitacional brasileira.
- b) A fim de atender ao objetivo proposto, a pesquisa caracteriza-se como de campo exploratório, em que permitiu a compreensão do público envolvido e da realidade concreta do fenômeno da apropriação e dos espaços residenciais a serem revelados.
- c) Para entender melhor essas trajetórias individuais, familiares e sociais, a pesquisa de campo permitiu fazer recortes dos discursos dos moradores, através da identificação da importância e da incidência, estabelecendo correspondência com as abordagens teóricas, definindo assim a linha condutora desta análise a partir da abordagem qualitativa e quantitativa. Para isso, estabeleceu-se uma amostra desse universo, a qual definiria a seleção dos moradores a serem entrevistados, partindo dos conceitos da amostragem sistemática. De um montante de 100 unidades habitacionais existentes no conjunto, a amostra se concentrou em 20 unidades, no entanto, como os pesquisados eram livres para responderem ou não a referida pesquisa, 4 deles se recusaram a participar, restando assim, 16 entrevistas válidas, cujos moradores se propuseram a participar voluntariamente, seguindo a ordem de visitação previamente estabelecida

pelo pesquisador e mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Em relação à entrevista, foi definida como individual, diretamente com o morador responsável pela moradia, e semiestruturada, pois seguindo as explicações de Voordt & Wegen (2013, p. 205), “o que há de especial na entrevista é o contato direto entre o pesquisador e o entrevistado, o que possibilita esclarecer perguntas e respostas e fazer perguntas complementares”. Sendo assim, os resultados da pesquisa e discussões são apresentados a seguir.

4. Resultados e discussões

Diante da temática abordada, visando responder ao objetivo deste estudo, primeiramente faz-se necessário apresentar o perfil do público entrevistado. Para na sequência, refletir sobre o processo de apropriação ocorrido nesse reassentamento.

4.1. Apresentação do perfil dos entrevistados

As famílias em questão são naturalizadas são-dominguenses, algumas delas residiam no interior, outras na cidade, e sofreram boa parte de suas vidas com a problemática da casa própria. A questão da moradia para algumas dessas famílias é histórica no município e remonta o próprio processo colonizador da cidade.



Inserção urbana do Conjunto Habitacional Vida Nova - São Domingos/SC
Fonte: Google Maps (2017) adaptado pelos autores.



Conjunto Habitacional Vida Nova - São Domingos/SC
Fonte: Prefeitura Municipal de São Domingos-SC (2014).

Apresenta-se os dados coletados na entrevista em relação ao perfil do público envolvido, os quais contribuiram para interpretar de forma analítica a temática. O gráfico a seguir apresenta o resultado da pesquisa em sua totalidade.

Com relação ao gênero, a população feminina, mais de 80%, se apresentou como a de maior representatividade. Quanto aos indicadores do estado civil, 37% são casados, 38% vivem em união estável, 13% são divorciados, 6% são viúvos e 6% são solteiros. Relativamente ao estado civil, verifica-se que a maior parte dos entrevistados vivem em união estável ou são casados.

No que concerne à faixa etária, verificou-se que, em geral, se trata de uma população predominantemente jovem e em idade ativa, já que 44% dos entrevistados possuem idade entre 20 e 40 anos. Em contrapartida, o grupo composto por sujeitos com idade superior a sessenta anos foi o menor representado, com apenas 25%.

De acordo com os dados obtidos nas entrevistas, no que tange à informação sobre a fonte de renda dessas famílias, e particularmente em relação às mulheres, por representarem o maior grupo, a maioria cuida da casa e dos filhos, sendo que 62% delas também trabalham como domésticas, exercendo essa função informalmente. Somado a isto, uma parcela da população entrevistada possui renda advinda de aposentadorias/pensões e benefícios do INSS, bolsa família, bem como outras formas de trabalho.

Quanto ao nível de escolaridade, a maioria dos entrevistados, 75% estão entre analfabetos e educação fundamental, o que revela um nível baixo de escolaridade. Esse fator se relaciona, possivelmente, com a maior incidência pela atividade profissional de doméstica exercida pelas mulheres, retratada pela baixa remuneração, ausência de qualificação e trabalho geralmente informal.

Outro dado obtido com a entrevista se refere à renda familiar. Foi possível identificar que a metade dos entrevistados vivem com renda de um salário mínimo, considerando o valor atual de R\$ 820,00. Em um contexto geral, a renda máxima das famílias entrevistadas não ultrapassou dois salários mínimos.

Com os dados obtidos, por meio das entrevistas, também foi possível entender o porquê de muitos dos moradores pretenderem modificar a casa ou já terem realizado modificações. Considerando a questão do espaço, os dados revelam que a maioria dos entrevistados integram famílias com filhos, sendo que 62% delas têm entre 3 a 4 residentes na mesma casa.

4.2. Refletindo o processo de reassentamento e apropriação a partir dos relatos dos entrevistados

Em um primeiro momento, foi verificado entre os entrevistados que os lugares habitados anteriormente se diferenciavam entre eles em alguns aspectos, pois, conforme relatado, uns pagavam aluguel, outros moravam de favor, de invasão, ou tinham ganhado uma casa. E ainda havia os que compraram sem documento e os que foram morar em área de risco na beira do rio. Outro fator verificado é que, dentre as moradias citadas, quase a maioria era referida como casa de madeira em péssimas condições, segundo relato dos próprios entrevistados, tratavam-se de casas “feias”, em que chovia dentro, estavam podres e quase caindo; já algumas eram mistas, ressalva um entrevistado que relatou ter morado em casa de alvenaria pelo fato de pagar aluguel.

Na verdade todas essas situações reveladas são fruto não só da situação econômica dos entrevistados, mas também de fatores sociais, históricos e culturais. Situações que são explicadas por Fischer (1994, p. 68), quando salienta que “essa ligação é mais ou menos obrigatória segundo a categoria social a que se pertence, a nossa liberdade de escolher o local de habitação, por exemplo, é diretamente determinada pelas limitações econômicas e culturais ligadas à nossa condição”.

Observa-se pelas falas que esses moradores, por não terem condições de acesso a uma moradia, acabaram morando em casas que não ofereciam um mínimo de segurança e proteção tanto para a vida das pessoas, como para seus pertences materiais, ficando expostos a vários riscos físicos, sociais e ambientais. Outro fato identificado é que geralmente essas famílias ocupavam áreas de risco, próximas ao rio, e as casas eram construções precárias, com materiais de baixa qualidade, propensos a desastres naturais como alagamentos, desmoronamentos e vendavais. “Era de madeira; era na beira do rio,

quando dava enchente, meu Deus! [...]. Uma vez faltou um palmo para chegar no assoalho. Eu tinha “uns pequenos”, tinha os vizinhos, daí, nós trazíamos eles pra cima. Nossa, era precária mesmo” (ENTREVISTA, 1).

Por esses motivos também se evidenciou que em alguns casos os filhos tinham dificuldades no acesso até a escola.

A gente cuidava de uma chácara. Lá, para mim, as minhas condições de vida eram boas, só que as condições dos meus filhos eram precárias; de estudo. Eles tinham que atravessar uma cerca, atravessar rio, sanga, e não sei mais quantos metros vir na rua pegar o ônibus e ir para a aula. (ENTREVISTA, 7).

Muitos relatos confirmaram a consciência de um passado de sofrimento, privações e superação quanto à questão da moradia e vivência do conjunto familiar. Neste caso, percebeu-se ênfase nos sentimentos demonstrados em relação à constante preocupação com o bem-estar da família, principalmente dos pais para com seus filhos. No entanto, a própria necessidade de sobrevivência, fez com que os moradores minimizassem a questão dos riscos a que estavam expostos, depositando na fé sua permanência nestes locais.

Em dois casos os entrevistados fizeram questão de falar que chegaram a ter que morar em barracos, deixando claro que a falta de renda impossibilitou o acesso a recursos básicos que garantissem um mínimo de qualidade de vida, “Eu morei embaixo de barraca grávida, nos dias de ter neném” (ENTREVISTA, 4), “No começo nós morávamos embaixo de um barraco, porque não tinha nada [...]” (ENTREVISTA, 2).

A pobreza deixou marcas da adversidade, da exclusão e das necessidades enfrentadas no dia-a-dia; frente à falta de moradia, o que restava eram as improvisações. Conforme Fischer (1994, p. 119), “não ter uma casa sua é a própria imagem da indigência e do desenraizamento”. Esse mesmo autor explica que, em muitos casos, essas pessoas de baixa renda acabam morando em áreas mais retiradas, chamadas de espaço marginal, que é “por definição um espaço à margem, na franja de um sistema social, tanto do ponto de vista topológico como do ponto de vista propriamente social” (FISCHER, 1994, p. 174).

Em relação aos que moravam de aluguel, em determinados casos ficou claro que as casas eram melhores, alguns relataram gostar delas, porém, existia a questão de ter que desembolsar o dinheiro “que muitas vezes não se tinha”, para conseguir honrar com os pagamentos desse aluguel, e isso representava grandes sacrifícios, refletidos em

privações e dificuldades na sobrevivência do conjunto familiar. Outra questão enfatizada pelos entrevistados foi que o fator aluguel gerava preocupações constantes com o desabrigo, ao entender que assim que o dono solicitasse a casa teriam que desocupá-la imediatamente sem saber para onde ir.

Tinha que manter meus filhos sozinha, eu era o homem e a mulher. Saía de lá dia e noite nas estradas atrás de casa pra alugar. Tinha dias que eu chegava a chorar de tristeza, meu Deus! Quando eu morava de aluguel, ficava pensando: meu Deus, hoje eu estou tranquila, amanhã eu já tenho que correr atrás de casa [...], eu sabia que eu estava entrando em uma casa que não era minha, quinze dias eu estava sossegada, quinze dias eu não estava. E outra, esse dinheiro de 450 reais, é um dinheiro que fica na família para comprar material, comida boa e roupa. (ENTREVISTA, 6).

Fato esse que pode ser representado pelas palavras de Gomes & Pereira (2004, p. 359-360), que ratificam: “Para a família pobre, [...], a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade [...]. As desigualdades de renda impõem sacrifícios e renúncias para toda a família”.

Ao refletir sobre a questão de extrema vulnerabilidade em relação a moradia em um município de pequeno porte, percebe-se que essas exclusões não estão presentes somente nos grandes centros urbanos, mas também nas pequenas cidades e no meio rural, o que está relacionado a estrutura da sociedade, que baseada no sistema capitalista, produz desigualdades com consequente exclusão social.

Outro aspecto relevante é que grande parte dos entrevistados relataram que, antes de serem reassentados, moraram muitos anos na mesma casa, “[...] quando fez 23 anos, daí que eu saí de lá” (ENTREVISTA, 8), “[...] já faziam muitos anos que eu estava esperando. Morei lá 16 anos” (ENTREVISTA, 9), nesse contexto é possível identificar a questão da temporalidade, condição que justifica o desenvolvimento da identidade e o apego com o lugar. Mesmo indiferentes às vulnerabilidades existentes vivenciadas por esses moradores, verificou-se que o convívio propiciou a criação de laços com “aquele ambiente”, seu entorno e vizinhos, traduzidos em reflexos de pertencimento pelos anos vividos em um mesmo local. Afinal, a familiaridade criada com o passar dos anos pode justificar sua afeição. Essa ideia também é explicitada por Mourão & Cavalcante (2011, p. 215), quando afirmam que “a identidade de lugar é construída a partir dos espaços de pertencimento e vivência, envolvendo tempo de exposição ao lugar e possibilidade de transformá-lo em busca de satisfação”.

Nessa mesma perspectiva, alguns relatos confirmaram o sentimento de pertença através das falas que remetem ao fato de ter que abandonar algo que gostavam na casa antiga, refletindo assim diferentes graus de apropriação por parte dos moradores. Essa apropriação também pode ser visualizada através das marcações, ou seja, por alguns detalhes como: o cercado, que representa a apropriação através da marcação de fronteiras, envolvendo a defesa e controle do seu território; do pomar, refletido no sentimento de apropriação através das plantas, do apreço e cuidado com o lugar. “Na morada que eu morava, eu tenho lembranças boas, porque eu tinha na real muitas condições. Eu tinha uma galinha, tinha um porco, mas morava de favor [...]. A casa era boa, um casarão de madeira” (ENTREVISTA, 7).

Deixei tudo fechadinho com três fios de arame e palanque até no rio [...]. A casa nós tínhamos; era minha. Era madeira bruta, mais ou menos grande. Só que o terreno não era meu; era sem documentação, tudo da prefeitura. As famílias que viviam lá, tiveram que sair para desmanchar as casas. Tive que vender a minha. Vender, dar de presente, porque o que eu paguei não recompensava o que eu recebi. (ENTREVISTA, 11).

Segundo Fischer (1994, p. 24), “a ideia de território implica habitualmente a personalização do lugar com a ajuda de marcações e de elementos de apropriação que indicam que se é de algum modo o seu ocupante”.

Foi possível observar que alguns entrevistados gostavam da casa antiga por vários motivos: o espaço do lote, ou seja, do ambiente natural o qual possibilitava o plantio, a colheita e o cuidado com os animais. Enfim, ficou claro que os componentes naturais, identificados em alguns cenários de vida, acabaram intensificando essa sensação de abandono do lar. Esses sentimentos de perda podem ser compreensíveis, já que ali se desenvolveram muitas das experiências vividas por esses moradores. As situações manifestadas refletem uma situação vulnerável entre os entrevistados, mas que mesmo assim, não ficaram passivos e procuraram enfrentar as condições adversas das suas casas, tentando melhorar alguns aspectos construtivos sempre com o pensamento voltado para prover melhores condições de habitabilidade. Gonçalves (2014, p. 91) reitera que:

O homem, como resultado da experiência íntima com o seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo com as necessidades que não são apenas biológicas, mas também, sociais, culturais e psicológicas. Portanto, a casa está além do abrigo do corpo. (GONÇALVES, 2014, p. 91).

Observou-se que os entrevistados buscaram formas de amenizar os problemas construtivos vivenciados, em que mesmo demandando sacrifícios, acabaram comprometendo parte da renda familiar com empréstimos para conseguir melhorar as condições da sua moradia. Isso remete ao fato de que as pessoas têm por natureza procurar aprimorar o seu ambiente de convívio familiar, talvez pela cultura ou pela própria satisfação em fazê-lo.

No entanto, como se tratava de um reassentamento, esses moradores foram obrigados a deixar suas casas por estarem em desacordo com a lei, para assim receberem outra em um local apropriado segundo a legislação urbanística do município. Isso fez com que alguns deles se sentissem lesados por terem investido os seus esforços e/ou até mesmo “o que não podiam” nas suas casas, para posteriormente ter que abandoná-las. “Era uma casa precária, só que nós tínhamos comprado todo o material para refazer ela de novo. Porque quando nós compramos a casa, no outro bairro, nós pagamos. Porque nós éramos obrigados a sair de cima. Entende?” (ENTREVISTA, 13). Cavalcante & Elias (2011, p. 63) salientam que “apropriar-se significa também exercer domínio sobre um espaço e objetos, embora não seja necessário ter sua posse legal”. Essa questão pode ser melhor compreendida na fala de alguns moradores que se sentiram lesados por terem comprado a casa naquele local, e que, por isso, se sentiam no direito da posse do imóvel, acreditando ser um transtorno ter que sair. No entanto, percebe-se nos seus discursos que eles tinham conhecimento da situação de irregularidade em que se encontravam, mas o que valia para eles naquele momento era o direito por terem comprado o imóvel.

Esse sentimento pode ser entendido através das palavras de Camargo (2007, p. 102), quando argumenta que:

Deixar a casa poderá significar deixar à própria sorte uma existência diária amalgamada a cada canto dessa casa, ou cada objeto componente dessa história doméstica, ou a lembrança de cada fato ali ocorrido. Sair será deixar para trás a estrutura física que, impregnada de valores de proteção, é o apoio e o consolo da própria existência ali experimentada. (CAMARGO, 2007, p. 102).

Frente a estas manifestações, o que se verificou é que a maioria dos entrevistados ao falarem da casa antiga acabavam fazendo referência a sua casa nova, tentando relacionar suas experiências habitacionais passadas com o presente, positiva ou negativamente.

Esses discursos remetem a um fato bastante esclarecedor, visto que a maioria dos entrevistados se referiu à casa nova como sendo muito pequena em razão de muitos fatores, dentre eles, da composição familiar e da quantidade de móveis e utensílios que se têm, o que faz entender e considerar o modo de apropriação e o perfil de cada família ali reassentada. Percebeu-se que mesmo retratando a casa como sendo pequena, a grande maioria se referiu a ela como provedora de abrigo, segurança e estabilidade.

Aqui graças a Deus, eu tenho um pedacinho que eu possa plantar minhas verdurinhas, minhas plantinhas. Estou feliz e contente, lá, eu não tinha nem onde plantar um pé de cebola. Daí, é mais seguro também. Não chove dentro, e olha me acostumei. Tem aonde andar “lutando” lá fora, plantando um pé de flor, arrumando o jardim; Aqui eu tenho tudo. (ENTREVISTA, 14).

Ou seja, garantias que eles sentiam não ter até então. “Eu disse: agora nós estamos no céu, é pequenininha, mas pelo menos quando chove, não molha. É, Deus nos livre, mudou mesmo, melhorou”. (ENTREVISTA, 2).

A gente tinha vontade de sair de lá. O lugar era ruim, mas, na verdade, a gente queria um lugar melhor, uma casa, uma condição melhor. Por mais que seja pequena, mas é bem melhor [...]. Claro, que é difícil. A casa é pequena, não tem muito lugar pra gente colocar as coisas direito, mas é melhor que estar pagando aluguel. Por mais que seja pequena, a gente nunca teria condição de construir. Foi ganhado! [...] sair de lá e vir pra cá deu um transtorno. Nos primeiros dias até se organizar não foi fácil. (ENTREVISTA, 8).

Frente a isso:

A concretização da moradia é a realização de uma meta e de um sonho carregado de significados simbólicos, derivada de muito esforço próprio e traz consigo uma carga emocional importante. O usuário possuiu expectativas de futuro e desejos ainda não realizados em relação ao ambiente construído, explicitado após a ocupação da casa. (IMAI, 2013, p. 89).

Essa questão remete ao fato de que muitos dos efeitos que podem comprometer a qualidade de uma moradia, talvez possam ser amenizados conforme os estilos de apropriação utilizados, que tanto pode fazer com que a pessoa se sinta melhor em sua casa, como também pode piorar o seu sentimento de apego por este lugar. No entanto é preciso um esforço conjunto para que o processo de adaptação seja menos conflituoso. A relação com a casa nova pode, em muitos casos, não ser muito boa e nem facilmente aceita entre alguns moradores, sendo que estes podem estar se sentindo apegados ainda

à antiga morada. Gonçalves (2014, p. 104) lembra que “a identidade de lugar se fixa no ritmo das vivências de seus habitantes”.

Conforme visto, nem sempre é a questão da casa em si, do seu aspecto construtivo, que desencadeia o sentimento de desenraizamento do local reassentado, pois foi possível perceber que essa questão poderia estar relacionada também ao entorno e a vizinhança imposta, “Te falo a verdade, mil vezes aonde eu morava do que aqui [...]. Assim, pelo local nada de errado, está bom. O problema é o tumulto. A casa é uma beleza. Essa casa naquele lugar [...] o problema é o conjunto” (ENTREVISTA, 13). Ou seja, por se tratar de um reassentamento no qual as pessoas não têm a oportunidade de escolher o local aonde vão se fixar, nem a vizinhança com quem se relacionarão, é bem provável que essa reunião de diferentes núcleos familiares em um mesmo meio, cada qual com suas crenças, culturas e hábitos, possa gerar sentimentos conflituosos motivando o desapego para com este local.

Se fosse minha, dez vezes lá [...]. No começo sinceramente, eu tinha vontade de voltar, e só não voltei porque a minha mãe não concordou. [...] agora mudou bastante sim, porque eu não preciso pagar aluguel. Para mim é tudo, tudo essa casa, eu agradeço todo dia a Deus que me deu essa casa. Eu não teria condições de comprar um terreno e uma casa dessa nunca, jamais! (ENTREVISTA, 16).

Por isso da importância do trabalho técnico social como uma alternativa capaz de aproximar os moradores, para que se sintam partes integrantes não só da casa, mas do conjunto habitacional como um todo.

Outro comportamento que foi percebido nos relatos é que a grande maioria dos entrevistados fazia questão de demonstrar o sentimento de gratidão pela conquista de um lugar, manifestado na maioria das vezes através de palavras relacionadas à fé religiosa, “Hoje, graças a Deus, me conto feliz porque eu tenho a minha casa. Sofri muito para chegar até aqui, mas hoje não posso me queixar. Hoje eu estou bem porque tenho aonde morar” (ENTREVISTA, 9), “Meu Deus! Isso aqui é tudo que Deus me deu na minha vida. Foi uma coisa muito importante que Deus me deu; porque eu nunca consegui uma casa assim” (ENTREVISTA, 1).

De fato, entender essa relação entre morador e moradia significa levar em consideração muitos fatores, afinal, o ato de morar é dinâmico e os núcleos familiares inconstantes. Sendo assim é importante entender a forma como cada família reassentada se apropriou das suas novas casas.

É possível observar pelos depoimentos que os moradores entrevistados citaram várias circunstâncias relativas ao processo de apropriação. Em relação aos aspectos de ambientação da casa, que estão relacionados à ideia de agradabilidade e conforto do ambiente, a questão das cores é uma delas, (todas foram entregues na cor branca, tanto interna como externamente). Porém, foi possível entender que a maioria dos entrevistados tinha vontade de mudar e/ou já haviam mudado a cor da mesma, prevalecendo o gosto pelas cores mais vibrantes.



Residência com características alteradas pela cor
Fonte: BRESSAN (2015).

Os relatos identificaram que essa questão da cor seguiu uma abordagem semelhante entre os entrevistados, estando atribuída a questões como: limpeza, gosto pessoal, tendências e até por elementos culturais e/ou costumes de cada indivíduo, “Toda vida eu disse que pintaria vinho forte por fora e fraco por dentro” (ENTREVISTA, 3), “Eu quis marronzinha a cor de dentro, cor de pinhão, porque eu torço para o colorado” (ENTREVISTA, 11).

Também se evidenciou, dentre os relatos, a importância do jardim, considerando que o mesmo faz a transição do espaço público para o privado, pois, foi identificado entre os moradores a iniciativa de acrescentar-lhes elementos personalizadores, tornando-se evidências concretas desse processo de apropriação. O espaço do lote utilizado para plantar e organizar o jardim resume-se no ambiente natural que também é fonte reveladora de subjetividades.

Não tinha jardim, só tinha grama. Eu plantei as roseiras; plantei roseira para ficar bonito, trouxe de lá da outra casa e outras duas eu peguei na rua. Está tudo brotado. Eu gosto de flor e de fruta [...]. Só fechei o muro, fechei para ficar mais bonito [...] (ENTREVISTA, 15).



Jardim consolidado de uma das residências visitadas
Fonte: BRESSAN (2015).

Foram obtidos vários relatos que comprovaram que o processo de apropriação da casa possui um elo temporal entre o passado e o presente. Muitos entrevistados relataram ter trazido algo da antiga morada como: plantas, flores, móveis, quadros e outros elementos decorativos, “Esses quadros eu trouxe de lá: esse aqui eu ganhei dos idosos e esse eu comprei” (ENTREVISTA, 15).



Elementos decorativos trazidos da antiga morada expressando o sentimento de apropriação
Fonte: BRESSAN (2015).

No entanto, também se verificou que houve os que ainda não se sentiram à vontade para se apropriar da nova casa, relatando que chegam a ter objetos decorativos, mas que estão guardados e/ou até que não tem tudo como tinham antes, “Tenho, mas não tem nada na casa. Está tudo em cima do guarda-roupa” (ENTREVISTA, 10). Esse

fato é consequência, a nosso ver, de os recém-chegados estarem mais propensos a demonstrar descontentamento pelo pouco tempo de vivência com o novo local representado pelo baixo grau de sentimento de pertença desenvolvido até então.

Nas palavras de Fischer (1994, p. 192), “um espaço ganha sentido em razão da maneira como é habitado, ou seja, assumido como lar, como casa sua, onde se podem exprimir as experiências significantes da nossa existência”. Em outras palavras:

A casa nos fornece indícios dos valores, dos desejos e do que nos deixaria feliz. Cada quadro colocado na parede, cada foto colocada no porta-retratos, cada flor plantada no jardim espelham nossos comportamentos e mostram traços de nossa personalidade. Os que habitam as casas mais simples, os moradores das favelas, nas periferias urbanas, tentam acomodar sua casa às suas necessidades imateriais. (GONÇALVES, 2014, p. 91).

Nessa mesma linha de pensamento, os moradores explicaram a questão do espaço da casa, alegando que a mesma se torna pequena quando o conjunto familiar é maior, o que confirma os dados abordados anteriormente no perfil dos pesquisados, no qual 62% das famílias têm entre 3 a 4 residentes morando na mesma unidade habitacional “[...] dá para contar as famílias que tem dois, três, dentro de casa. Tem gente aqui que tem seis, sete filhos, mais a mulher e o marido [...]. E tem que viver naquele pedacinho ali [...].” (ENTREVISTA, 8). Esse item também esclarece o desejo de aumentar a casa por muitos, bem como as dificuldades encontradas para distribuir os móveis de maneira a oportunizar os espaços “Pretendo construir um quarto a mais, pelo menos para separar as crianças. E no momento a garagem pro carro que é um investimento” (ENTREVISTA, 7).

Eu tinha um sofá bom aqui. Eu tive que jogar o meu sofá fora porque não cabia os dois sofás. Tive que pegar esse bem ruim e colocar ali, só que as instalações são só desse lado [...]. Eu tinha uma estante bem grande; tive que vender. [...] nos quartos não cabe cama; tenho minhas crianças que dormem em um colchão no chão, porque: ou tu compra uma beliche, que inclusive a gente não tem condição de comprar já. Só cabe uma cama e um guarda-roupa. (ENTREVISTA, 4).



Correção de inadequação por meio do mobiliário
Fonte: BRESSAN (2015).

Por isso, é importante entender que “o valor das apropriações estão expressas nos factores de personalização que os indivíduos ou os grupos injectam nos seus locais de existência para se defenderem dos efeitos desestabilizadores dos ambientes em que se encontram” (FISCHER, 1994, p. 183).

Cabe lembrar a questão da privacidade que foi abordada por alguns dos entrevistados que defenderam a importância de procurar meios que ajudem a atenuar esse conflito como forma de preservar o convívio familiar e social. Conforme visto, dentre as possibilidades encontradas para esse fim, pode-se citar o fechamento do terreno e a colocação de cortinas, “Coloquei cortina. Os vidros são muito claros, e lá de fora percebe tudo o que acontece aqui dentro” (ENTREVISTA, 9).

Todas essas atitudes, tanto de delimitação como de fechamento, se resumem em expressões pessoais de cada um. Fato que pode ser exemplificado nas palavras de King (2004, p. 40-41 *apud* Camargo, 2007, p. 112), quando argumenta que: “o que fazemos em nossas pequenas caixas de tijolos, procuramos manter privado, e queremos partilhar apenas com aqueles que conhecemos bem. O que vai por trás de portas fechadas, de fato, não diz respeito à observação pública”.

De um modo geral, consegue-se inferir a partir dos dados apresentados que o processo de apropriação está apoiado nas particularidades de cada indivíduo e no elo temporal da sua vivência.

5. Considerações finais

Muitas são as circunstâncias envolvidas no decorrer desse processo, e por isso não é admissível menosprezar qualquer fato ocorrido ou sentimento gerado, pois sabe-se

que o ato de morar é dinâmico e demanda muitas situações, tanto de caráter objetivo quanto subjetivo. Na dimensão objetiva, as famílias têm necessidades humanas básicas, semelhantes, porém é necessário relacioná-las às composições familiares que se diferem e por isso demandam condições de ambiente diverso. Esses contrastes ficam ainda mais visíveis nas dimensões subjetivas, pois estão ligadas em torno dos seus desejos, anseios e preferências pessoais.

Refletir acerca dos diferentes comportamentos em termos de apropriação pode se apresentar como um agente conformador, bem como propulsor para novas oportunidades. Os beneficiários que se sentem bem na nova morada tendem a personalizá-la, expressando sua personalidade como forma de se identificar e criar laços de pertencimento. Também é comum encontrar indivíduos, que se apropriam através de práticas corretivas das inadequações dos espaços da moradia em relação às necessidades do grupo familiar. Analisando sob outro aspecto, muitos dos indivíduos que se sentem insatisfeitos tendem a ser passivos ao processo de apropriação, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento de um sentimento de apego com a moradia.

Dessa maneira, acredita-se que só quem vivenciou essas experiências habitacionais é que pode realmente falar do fato de ter uma casa para poder chamar de “sua”. Essas histórias permitiram uma reflexão do que representou a casa antiga para a maioria dos entrevistados e como eles a relacionam com frequência com a nova morada, confirmando a ideia de que o processo de apropriação tem um forte elo com a temporalidade.

Por esses motivos, é importante entender que o processo de apropriação do espaço por parte dos moradores é uma importante alternativa para que diretrizes de projeto qualifiquem o desempenho físico da habitação e elevem a satisfação dos moradores, a fim de que possa tornar a política habitacional cada vez mais adequada para as famílias beneficiárias.

Referências

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 93-266. (Os Pensadores). Disponível em: <<https://deniseartes.files.wordpress.com/2015/04/bachelard-a-poc3a9tica-doespaco.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2014.

CAMARGO, Érica Negreiros de. **Casa doce lar: o habitar doméstico percebido e vivenciado**. 2007. 381 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=123823>. Acesso em: 22 set. 2015.

CAVALCANTE, Sylvia; ELIAS, Terezinha Façanha. Apropriação. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (Orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 63-69.

COELHO, Antônio Baptista; PEDRO, João Branco. Cinco décadas de pesquisa habitacional no LNEC e a metodologia de APO. In: ORNSTEIN, Sheila Walbe; VILLA, Simone Barbosa (Orgs.). **Qualidade Ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. p. 315-341.

ELALI, Gleice Azambuja; PINHEIRO, José Q. Analisando a experiência do habitar: algumas estratégias metodológicas. In: ORNSTEIN, Sheila Walbe; VILLA, Simone Barbosa (Orgs.). **Qualidade Ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. p. 15-35.

FERNANDES, Lenise Lima. Remoção ou urbanização de favelas: reflexões iniciais para além da polêmica. In: GOMES, Maria de Fátima Cabral M.; FERNANDES, Lenise Lima; MAIA, Rosemere Santos (Orgs.). **Fisch Interlocações urbanas: cenários, enredos e atores**. Rio de Janeiro: Editora Arco Íris, 2008. p. 173-184.

FISCHER, Gustave-N. **Psicologia Social do Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2005, v. 10, n. 2, p. 357-363. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2>>. Acesso em: 24 set. 2015.

GONÇALVES, Terezinha Maria. A casa como contingência da condição humana. *Revista Invi*, Santiago, v. 29, n. 80, p. 83-108, mai. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.uchile.cl/index.php/INVI/article/download/31046/32774>>. Acesso em: 22 set. 2015.

IMAI, César. A participação de usuários nos processos avaliativos: metodologias e resultados. In: ORNSTEIN, Sheila Walbe; VILLA, Simone Barbosa (Orgs.). **Qualidade Ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. p. 75-91.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2011.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. Diretrizes especiais para regularização urbanística, técnica e fundiária de conjuntos habitacionais populares. In: ABIKO, Alex Kenia; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Orgs.). **Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social**. São Paulo: FAUUSP, 2002. p. 4-13. (Coletânea Habitar/ FINEP, 1).

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira; CAVALCANTE, Sylvia. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (Orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 208-216.

PALERMO, Carolina. Avaliação da qualidade no projeto de HIS: uma parceria com a Cohab/SC. In: ORNSTEIN, Sheila Walbe; VILLA, Simone Barbosa (Orgs.). **Qualidade Ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013, p. 228-229.

PEREIRA, Fernando O. R. et al. Características da habitação de interesse social na Região de Florianópolis: desenvolvimento de indicadores para melhoria do setor. In: ABIKO, Alex Kenia; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Orgs.). **Inserção Urbana e Avaliação**

Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social. São Paulo: FAUUSP, 2002. p. 160-209. (Coletânea Habitare/ FINEP, 1).

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. A atuação do observador-pesquisador na avaliação da habitação. In: ORNSTEIN, Sheila Walbe; VILLA, Simone Barbosa (Orgs.). **Qualidade Ambiental na habitação:** avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. p. 53-74.

ROMÉRO, Marcelo de Andrade; VIANNA, Nelson Solano. Procedimentos metodológicos para aplicação de avaliação pós-ocupação em conjuntos habitacionais para a população de baixa renda: do desenho urbano à unidade habitacional. In: ABIKO, Alex Kenia; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Orgs.). **Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social.** São Paulo: FAUUSP, 2002. p. 210-241. (Coletânea Habitare/ FINEP, 1).

SÃO DOMINGOS. **Projeto de Trabalho Técnico Social da cidade de São Domingos – SC.** São Domingos: Secretaria de Assistência Social, 2011.

VOORDT, Theo J. M. van der; WEGEN, Herman B. R. van. **Arquitetura sob o olhar do usuário.** São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

Data de Recebimento: 02/09/2016

Data de Aprovação: 24/06/2017



Para citar essa obra:

BRESSAN, S. LAJÚS, M. L. A casa que habito: relatos de um reassentamento urbano. In: **RUA** [online]. n.º. 23. Volume 1, p. 93 - 115 – e-ISSN 2179-9911 – Junho/2017. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.
<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Capa: BRESSAN, S. (2015). Residência com características alteradas pela co

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

LABEURB - LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS
UNICAMP/COCEN / NUDECRI

CAIXA POSTAL 6166

Campinas/SP – Brasil

CEP 13083-892

Fone/ Fax: (19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>